

# Uma administração pública indígena: 'Burocratas' e 'representantes' na Secretaria Estadual para os Povos Indígenas (SEIND) do estado do Amazonas<sup>1</sup>.

*Tiemi Kayamori Lobato da Costa<sup>2</sup>*

## **Resumo**

O presente artigo é uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), órgão vinculado ao poder executivo do estado do Amazonas, Brasil. Trata-se de uma administração pública produzida tanto por servidores indígenas quanto não indígenas, e da ocupação de um lugar de poder inédito na estrutura estatal por parte das populações indígenas. O acompanhamento das atividades cotidianas na SEIND demonstrou que o imbricamento entre diferentes formas de “estar” na administração pública (como indígena, servidor, indígena-servidor, representante, técnico, só para citar alguns) imprime grande fluidez às concepções de ‘Estado’ e de ‘indianidade’. Assim, as rotinas administrativas, a percepção dos servidores a respeito de seus trabalhos e as interações interinstitucionais recriam e atualizam tal dualidade de diferentes formas: “Estado” e “índios”, “governo” e “movimento indígena”, “técnica” e “política”, “indígenas” e “não indígenas”.

**Palavras chave:** Administração pública; Indígenas; Estado.

<sup>1</sup> Os dados aqui contemplados são referentes à dissertação de mestrado defendida no ano de 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGA/UFPR) sob a orientação da prof<sup>a</sup>. Ciméa B. Bevilaqua. Esta pesquisa também integra um projeto mais amplo do Grupo de Etnologia Urbana (GEU) vinculado ao Laboratório de Antropologia Urbana (LabNAU) da Universidade de São Paulo (USP), que vem se dedicando ao estudo das populações indígenas nos centros urbanos. O PPGA/UFPR e o LabNAU foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço principalmente a orientação, a leitura e os comentários durante todo processo de pesquisa (inclusive, neste artigo) da Prof<sup>a</sup>. Ciméa B. Bevilaqua, sem a qual ela não seria possível.

<sup>2</sup> Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: [tiemicosta@gmail.com](mailto:tiemicosta@gmail.com)

# An indigenous public administration: 'Bureaucrats' and 'representatives' at the Secretaria Estadual para os Povos Indígenas (SEIND) of the state of Amazonas, Brazil

## Abstract

The present study is an ethnography of the State Secretary for indigenous People (SEIND), linked to the executive power of the state of Amazonas, Brazil. More specifically, it's about a particular kind of public administration produced by both indigenous and non-indigenous employees. It's also about occupying an unprecedented place of power in the Brazilian state structure by the indigenous populations. The monitoring of daily activities in SEIND showed that the overlapping between different ways of *living* the public administration (as an indigenous, as a public-employee, as an indigenous-public-employee, as a political representative, as a technician, just to name a few) prints high fluidity to the concepts of 'State' and 'Indianness'. Thus, administrative routines, the perception of the servers about their jobs, and inter-institutional interactions, recreate and update such duality in different ways: "State" and "Indigenous", "government" and "indigenous movement", "technical" and "politics", "indigenous" and "non-indigenous".

**Keywords:** Public Administration; indigenous; State.

Iniciava-se o último mês do meu trabalho de campo na Secretaria Estadual para os Povos Indígenas (doravante, SEIND), em Manaus, era abril de 2012<sup>3</sup>. As atividades na SEIND se tornavam

<sup>3</sup> O período em campo compreendeu os meses de março, abril e maio de 2012, e duas semanas entre os meses de novembro e dezembro do mesmo ano.

cada vez mais intensas com a aproximação do “Abril Cultural Indígena”, evento promovido pela Secretaria para comemorar o dia do índio, 19 de abril. Como parte da pesquisa, eu estava no Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI)<sup>4</sup> debruçada sobre uma série de papéis tentando compreender um dos *projetos*<sup>5</sup> elaborados pela Secretaria. Prateleiras e escrivaninhas com inúmeras pastas-arquivo contendo mais e mais papéis podiam ser observadas por toda a sala do departamento, disputando espaço com livros, computadores, com os servidores e comigo mesma. A esse cenário bastante recorrente a outras secretarias da administração pública, no entanto, também se misturavam outros elementos: um cesto indígena no canto da sala guardava cartazes antigos; outras cestas menores guardavam canetas, borrachas e demais materiais de escritório; um *patauí* (suporte de cuia) figurava sobre uma das prateleiras; junto às demais xícaras e copos, próximas à cafeteira elétrica, estavam mais algumas *cuias*; logo atrás de mim eu podia escutar os servidores Rafael e Deniziu (trajando camisas e sapatos sociais) travando uma animada discussão sobre os últimos detalhes do “Abril Cultural Indígena” em sua língua materna, Ticuna. Observando essa cena, eu me perguntava: como este conjunto de pessoas, papéis e objetos dão corpo a *ações* de Estado?

O presente artigo consiste em uma etnografia da produção de uma administração pública, tanto por indígenas quanto não indígenas, tomando como ponto de reflexão a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), órgão vinculado ao poder

<sup>4</sup> O DEPI, de acordo com os interlocutores, é voltado às *atividades fim* da Secretaria, a saber: elaboração, execução e gerenciamento de políticas públicas e/ou projetos voltados aos povos indígenas.

<sup>5</sup> Estudar uma administração pública nos coloca frente a um vocabulário institucional específico. O uso de palavras como *ações*, *programas*, *projetos*, *despachos*, entre outros, como categorias nativas, não apenas integra um processo de produção e reprodução de tais categorias, mas também é parte constitutiva da forma com que o conhecimento dentro de tais instituições é produzido. Por essa razão, categorias desta natureza estarão em itálico.

executivo do estado do Amazonas e criado a partir da Lei 3.403 de 2009. Tal como a cena anteriormente descrita sugere, este trabalho procura olhar para o imbricamento entre formas estatais e indígenas e, neste sentido, pensar sobre um processo mais amplo: a recente ocupação de cargos da administração pública por servidores indígenas.

De certa forma, trata-se de refletir sobre um objeto permanente na antropologia brasileira voltado aos estudos dos processos de interação entre os “povos indígenas” e o “Estado” – no entanto, de se inserir diferentemente nesta linha já tradicional de pesquisa. Tanto no âmbito interno da academia quanto fora dela - no que se trata de produções do próprio Estado - as reflexões voltadas às agências de contato e o gerenciamento estatal de populações indígenas se consolidaram enquanto um grande campo de discussão<sup>6</sup>. No entanto, a própria existência de uma Secretaria feita por servidores indígenas nos aponta a possibilidade de problematizarmos a dicotomia entre “indígenas” e “Estado”. A análise que segue, justamente por se tratar de olhar para dentro de uma instituição estatal e suas rotinas, foi fundamentalmente baseada em estudos de setores da administração pública produzidos a partir de diferentes contextos etnográficos<sup>7</sup>. Assim, foi no “modo de fazer” das etnografias voltadas aos estudos antropológicos do Estado, que o presente trabalho encontrou inspiração.

## Rotinas administrativas e “representatividades”

A Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), situada no município de Manaus (AM), é responsável por elaborar e gerenciar políticas voltadas às populações e organizações indíge-

<sup>6</sup> Podemos citar os trabalhos de Lima (1995); Ramos (2012); Carneiro da Cunha (1985); Albert (2000); entre outros.

<sup>7</sup> Especificamente sobre estudos antropológicos do Estado, podemos citar Bevilaqua e Leiner (2000); Gupta e Sharma (2006); Schavelzon (2010); Pantaleon (2004); Leal (2006); Latour (2002) e Heyman (1995).

nas do estado do Amazonas. A Secretaria, na época da pesquisa, possuía um quadro de 38 servidores, dos quais 18 são indígenas oriundos de 11 diferentes grupos: Baniwa, Tukano, Marubo, Mura, Miranha, Munduruku, Sateré-Mawé, Apurinã, Tenharin, Ticuna e Mayuruna. O cargo de Secretário de Estado, bem como o de Secretário Adjunto, as duas mais altas posições hierárquicas na Secretaria, são ocupadas pelos servidores Bonifácio e José Mario, indígenas dos grupos Baniwa e Mura, respectivamente. Ambos narram suas trajetórias com grande ênfase na atuação em organizações do “movimento indígena”, como a maioria dos servidores indígenas. Bonifácio, na região do Alto Rio Negro, contribuiu com a consolidação da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), e José Mário, no município de Autazes, região do centro amazonense, teve intensa participação no Conselho Indígena Mura. Ambos também atuaram junto à Coordenação das Organizações e Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), citada por meus interlocutores como uma das organizações mais representativas no Brasil. As trajetórias de Bonifácio e José Mario, até então traçadas em instituições indígenas, tiveram continuidade no poder público, dentro da Fundação Estadual dos Povos Indígenas<sup>8</sup> (FEPI), que antecedeu a criação da SEIND ocorrida em 2010.

Embora essa breve descrição dos secretários a respeito de suas trajetórias, em um primeiro momento, nos leve a vincular a SEIND diretamente às organizações indígenas, acompanhar o cotidiano da Secretaria significou adentrar um local de intensa e exaustiva execução de procedimentos burocráticos. Os primeiros momentos em campo apontaram para a relevância conferida aos atos de carimbar, assinar, despachar e produzir documentos. Tal fato me levou a seguir a circulação de papéis, e abriu a possibilidade de pensar a Secretaria não apenas a partir de sua relação com organizações do *movimento indígena*, mas também a partir das rotinas administrativas. Isso apontou, principal-

<sup>8</sup> A SEIND herdou as atribuições, quadro pessoal e patrimônio da FEPI quando criada.

mente, para a indissociabilidade de tais perspectivas (uma mais vinculada ao âmbito *burocrático*, e outra vinculada à *política do movimento indígena*).

Minha chegada à SEIND não foi isenta de tais procedimentos burocráticos. A negociação para entrada no campo, registrada em um documento com características de um contrato jurídico denominado “Termo de Anuência a Pesquisa”<sup>9</sup>, estabeleceu como contrapartida uma tarefa aparentemente bastante manual: a tabulação de todos os papéis enviados à SEIND<sup>10</sup> - o que mostrou ser bastante produtivo.

Os papéis que chegam à SEIND são denominados por meus interlocutores de *demandas*, e podem ser enviados por indivíduos, comunidades, organizações indígenas ou instituições do poder público. As *demandas* podem conter diferentes formas: cartas manuscritas, cartas circulares e ofícios, e expressar diferentes conteúdos. De forma geral, podemos classificá-las em “*demandas materiais*”, em que são realizados pedidos por parte de comunidades, indivíduos ou instituições indígenas (como aquisição de barcos, motores, construção de malocas, etc.), e “*demandas não materiais*”, as quais requerem a elaboração de *projetos*, agendamento de reuniões, visitas técnicas, entre outros. O funcionamento da Secretaria é estreitamente vinculado a estas *demandas*, principalmente no sentido de elaborar *projetos*.

A partir das *demandas* foi possível perceber múltiplas expectativas que recolocam continuamente (e cotidianamente) o que deveria ser uma ‘administração pública indígena’, tanto para aque-

<sup>9</sup> A produção de tal documento foi bastante interessante. A SEIND me apresentou um documento incompleto dividido em nove diferentes itens. Eu deveria preenchê-los de acordo com meu projeto de pesquisa; em uma das seções requeria-se o preenchimento dos “objetivos da pesquisa”. Ao incorporar ao Termo de Anuência os objetivos presentes no meu projeto de pesquisa, a SEIND passou a assumi-los como também sendo os dela.

<sup>10</sup> Foram tabulados aproximadamente 160 documentos, referentes ao período de 2009 a 2012.

les que buscam a Secretaria (através de papéis) quanto para ela própria. Tais perspectivas demonstraram ter uma incidência muito concreta nos processos internos à instituição, pois ao mesmo tempo em que são projetadas expectativas que constroem o que deveria ser uma ‘administração pública indígena’ para diferentes agentes externos (espera-se que a SEIND compre barcos para as comunidades, escreva projetos, faça oficinas, etc.), obrigam quem está ‘dentro’ a construir uma resposta – uma resposta de Secretaria de governo. A simultaneidade de ambos os processos também acaba por delinear os contornos da própria SEIND, negociando os limites entre ‘dentro’ e ‘fora’ contextualmente. Assim, ao atender a determinadas *demandas* e não outras, a SEIND vai definindo, progressivamente, o seu tipo e área de atuação.

Os servidores avaliam que o orçamento da Secretaria é insuficiente para atender a todas as *demandas*. Uma das maneiras encontradas para solucionar tal questão é a elaboração de *projetos* em conjunto com as associações indígenas para, mais tarde, submetê-los a editais de outras instituições do poder público ou de organizações privadas<sup>11</sup> (como secretarias de estado, ministérios do governo federal, bancos internacionais, entre outros). Assim, os *técnicos* da SEIND produzem *projetos* para as mais diferentes finalidades: construção de malocas, formação de agentes de saúde indígena, realização de oficinas de artesanato, etc. com o objetivo de viabilizar tais atividades.

A escrita de *projetos* é uma forma de *ação* bastante utilizada por associações, organizações indígenas e ONGs no momento de se relacionar com a administração pública. Ao atuar dessa manei-

<sup>11</sup>Em entrevista, um dos meus interlocutores descreveu o processo de atenção às *demandas*: “Todos os projetos são submetidos a edital, dada essa nossa limitação orçamentária. Então o trabalho é: chegou a demanda, a gente busca ver se a organização está legalizada, a gente faz primeiro uma triagem. (...) Se estiver, o próximo passo é fazer em conjunto com eles um projeto dentro dos critérios de determinado edital. Hoje a gente busca edital com diversos ministérios do governo federal e também com editais do terceiro setor, ONGs internacionais”.

ra, a SEIND (que é parte integrante da administração pública) acaba por reproduzir esta forma de fazer política no interior do próprio Estado.

Ainda que esta não seja a única forma de buscar a Secretaria, é apenas através dos papéis que os demais procedimentos administrativos podem ocorrer no sentido de atender às solicitações enviadas. Todas as pessoas que buscam a SEIND pessoalmente ou via telefone, portanto, devem *formalizar* o assunto em um papel. Mais tarde, depois de circular pela SEIND (processo que será abordado na sequência), o papel é arquivado já sustentando o status de *documento*.

Apesar de o conteúdo ser bastante variável, é possível perceber certo padrão presente nas *demandas* tanto oriundas da administração pública (inclusive da própria SEIND) quanto de comunidades ou associações indígenas. O uso de determinado formato e vocabulário, que remetem aos documentos oficiais, indica a valorização e certa busca pelo domínio do universo burocrático por parte das associações indígenas, e que a SEIND, órgão relativamente novo, reproduz – ou produz – a partir de procedimentos preexistentes no universo da burocracia estatal.

Olhando para as categorias recorrentemente acionadas por parte dos servidores e pelas *demandas*, podemos notar a convergência de um vocabulário próprio dos movimentos sociais (neste caso, dos povos indígenas, mas não somente) e de um vocabulário específico do universo burocrático, sedimentado na administração pública. Assim, rotinas administrativas como os *despachos, documentos e carimbos* acabam por certificar não apenas papéis recebidos e encaminhados, mas também as *demandas, reivindicações e solicitações* vindas de indivíduos ou coletivos indígenas. Ao elaborar *projetos* e produzir *documentos*, a SEIND acaba por consagrar ambos os vocabulários, tratando-os enquanto documentos oficiais. A própria categoria *demandas*, por exemplo, pode ser associada a um universo político de



reivindicação de direitos e, simultaneamente, operar enquanto categoria burocrática na SEIND - uma maneira de classificar certos papéis.

A circulação dos documentos é realizada através de *despachos*: cada vez que um documento ou papel muda de 'lugar', seja este uma sala, uma mesa ou uma instituição, recebe uma assinatura, possivelmente um carimbo, registro da data e hora em que foi *despachado* e, em grande parte das vezes, segue para seu novo destino com algumas recomendações. Frequentemente, tais recomendações são bastante abrangentes: "À Secretaria Adjunta para *providências*", por exemplo. É interessante notar que mesmo que os *despachos*, de modo geral, sejam indefinidos e possam contemplar uma infinidade de ações, são eles que permitem que os *documentos* se movimentem.

Os caminhos apontados pelos *despachos* correspondem à própria hierarquia da Secretaria – o que, em um primeiro momento, apontou para certa previsibilidade de tais movimentos. A circulação de *papéis* tem início e é centralizada no gabinete do Secretário, a posição mais alta no organograma da instituição, e termina (se a circulação for completa<sup>12</sup>) nas mãos dos *técnicos*. Depois de recebida e avaliada pelo Secretário, a *demand*a pode ser *despachada* para a Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), para a Secretaria Adjunta (SEA) ou para a Assessoria Jurídica.

A SEGPLAN coordena o funcionamento de dois departamentos: Departamento Financeiro e Departamento de Administração (*atividades meio*, segundo os servidores). Já a SEA coordena o Departamento de Etnodesenvolvimento (DETNO) e o Departamento de Promoção dos Povos Indígenas (DEPI) (consideradas *atividades fim*). Depois de passar pelas subsecretarias anteriormente citadas, as *demand*as são encaminhadas para os respectivos chefes de

<sup>12</sup> Isso porque um papel pode não circular e ser arquivado – como no caso de falta de orçamento ou demandas que a Secretaria avalia como não sendo de sua competência.

departamento que, por fim, as encaminham para os *técnicos*, os responsáveis por atendê-las. Segundo um acordo verbal entre os servidores, o tempo máximo que um *documento* deve levar para encerrar tal percurso deve ser de 15 dias – o que nem sempre ocorre. É bastante comum que surjam imprevistos na circulação das *demandas*, como, por exemplo, outros assuntos que devem ser tratados prioritariamente, decisões que devem ser tomadas em conjunto com outras secretarias, e assim em diante.

Embora as rotinas administrativas (como os *despachos*) sejam executadas de forma padronizada, é impossível precisar de onde surgiram tais regulamentações. Frente a esse conjunto de rotinas administrativas, que inicialmente parecem excluir qualquer dimensão das relações entre pessoas, os servidores enfatizam a comunicação verbal, o estabelecimento de acordos e a avaliação compartilhada entre os colegas no sentido de dinamizar tais processos. Nesse sentido, parecem coexistir na SEIND duas formas de proceder que, embora percebidas como distintas, operam de modo indissociável: uma vinculada aos processos pensados enquanto exclusivamente *burocráticos*, e outra que enfatiza a comunicação e o estabelecimento de acordos no sentido de agilizar estes mesmos processos.

Abordando esse assunto, o Chefe do Departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano Oliveira, marca diferenças entre a Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI (instituição que antecedeu a criação da SEIND) e a própria Secretaria. Sua fala demonstra que os servidores foram percebendo que as normas burocráticas não operam de forma autônoma, e que era necessário fazê-las funcionar de forma diferente. Há, nesse sentido, um processo coletivo de se estar no Estado, de aprender como a burocracia funciona, e fazê-la operar diferente:

[Quais] eram os problemas dentro da FEPI: essa distância entre área meio e área fim que dificulta a tramitação. Um processo que era para pra gente licitar e finalizar em três ou quatro meses demorava um ano (...). E às vezes era jus-

tificado que era um erro de grafia, um errinho simples que poderia ser resolvido com um simples telefonema, com a simples substituição de uma página. Mas não... aí avaliava e mandava um parecer até meio que pesado de volta e o processo voltava todinho. Chegava lá com o técnico e ele se chateava, porque... Poxa, poderia ter ligado e resolvido isso de maneira mais simples. (...) Um dos mecanismos que a gente encontrou foi isso: fazer reuniões. (Cristiano Oliveira, em entrevista, 08/05/2012)

Através da descrição de Cristiano a respeito das rotinas administrativas da Secretaria, foi possível perceber que os procedimentos burocráticos operam indissociavelmente das relações entre pessoas. Nesse sentido, papéis e pessoas (literalmente) andam em conjunto: por um lado, a *demand*a não é plenamente reconhecida se não estiver em papel e, por outro, o papel pode circular infinitamente e indefinidamente na Secretaria através dos *despachos* se não houver comunicação entre os diferentes setores da SEIND. A eficácia das ações que um *papel* pode desencadear na SEIND (como gerar *projetos*, *ações* de estado ou mesmo ser encaminhado para outras secretarias), depende do acompanhamento das pessoas, dos *técnicos*.

As distintas formas de circulação dos papéis evidenciam que eles carregam diferentes qualidades. A transformação de um papel em *documento* (colocando-o em circulação) ou seu depósito em arquivo (interrompendo sua circulação e, assim, não produzindo efeitos institucionais) depende não somente de seu conteúdo, mas da avaliação das pessoas que irão recebê-lo e encaminhá-lo (ou não) para outros setores. Embora o trânsito dos papéis sempre se dê em conformidade com a hierarquia da instituição, é durante a circulação que é produzida as próprias condições pelas quais os papéis são enviados a um lugar ou outro. O que se avalia, inicialmente, são as relações entre aquelas comunidades que *demandam* e os servidores da SEIND. Por exemplo: se uma *demand*a oriunda de uma comunidade Ticuna chega à Secretaria, ela provavelmente irá circular até chegar às mãos dos servi-

dores de mesma etnia<sup>13</sup>. Assim, o papel vai da mão do Secretário do grupo Baniwa, que atuou na Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), à mão de um *técnico* Ticuna, da região do alto Solimões, oriundo<sup>14</sup> de uma das organizações da região. Nesse caminho, o papel pode ainda passar pelas mãos de outros servidores, de outras trajetórias e pertencimentos.

Pertencer a certo grupo ou região e ter participado de determinada associação indígena são fatores que incidem concretamente tanto nos desdobramentos dos procedimentos burocráticos quanto em seus resultados (produção de *projetos*, reuniões, políticas públicas, etc.). Os *papéis*, dessa forma, não produzem apenas burocracia, mas atualizam e produzem relações, uma vez que são indissociáveis das pessoas que os enviam, os recebem e de suas trajetórias. O funcionamento da Secretaria, nesse sentido, exige certo equilíbrio técnico-político que só pode ser alcançado através de pessoas que possuam determinadas qualidades: são participantes e conhecedoras da conjuntura política de determinada região, já participaram de associações indígenas, entendem o que se demanda, sabem quem está demandando e dominam os procedimentos burocráticos para que as *demandas* possam gerar resultados institucionais.

A burocracia da SEIND é calibrada a partir dessas diferentes qualidades técnicas e políticas e, neste sentido, não apenas é produto das rotinas administrativas, mas é também produtora de relações.

<sup>13</sup> Contudo, a vinculação de certos servidores a determinadas regiões do estado não é uma operação óbvia, como veremos adiante.

<sup>14</sup> A participação dos servidores da SEIND em organizações do movimento indígena é um tema bastante controverso. Por um lado, a participação em instituições dessa natureza não é permitida pelo Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo e dos Militares do Estado do Amazonas; por outro, “estar no estado” muitas vezes significa o afastamento das comunidades de origem, o que pode ocasionar na perda de legitimidade para atuar em tais organizações representativas dos indígenas.

## Indígenas e não indígenas: políticos e técnicos?

O movimento de olhar para a dimensão política mobilizada pelos procedimentos burocráticos me levou a indagar sobre os critérios de ocupação dos cargos da Secretaria. Quem são os servidores que estão na SEIND e que forças políticas eles mobilizam?

A entrada de novos servidores (indígenas ou não) articula não somente procedimentos burocráticos, como a assinatura do contrato, mas também compreende uma série de negociações que vão além dos (e não se encerram nos) limites físicos da Secretaria, exigindo o diálogo não só com povos e organizações indígenas, mas também com o próprio governo. Isso ocorre porque os cargos na secretaria são todos comissionados<sup>15</sup> ou, então, de servidores cedidos por outras repartições públicas. Nesse sentido, não há a realização de concursos públicos para a contratação de servidores. Vale destacar que a SEIND possui uma natureza institucional diferente das demais secretarias de estado: além de ser bastante recente, foi criada por decreto lei, que pode ser revogado a qualquer momento. Por esse motivo, ela não possui um quadro próprio de servidores. Além disso, o atual secretário de estado, Bonifácio Baniwa, ocupa o cargo na qualidade de secretário interino. O antigo secretário, Jecinaldo Sateré-mawé, se licenciou no ano de 2010 para concorrer ao cargo de deputado estadual e não retornou à antiga função.

Frente a esses aspectos que parecem apontar para certa instabilidade institucional da SEIND, o secretário Bonifácio oferece outra interpretação:

Facilitou para que a gente pudesse ter indígenas aqui [os] cargos comissionados, ainda não temos servidores por meio de concurso (...). Então não foi drasticamente, mas pouco a pouco fomos envolvendo os indígenas, também

<sup>15</sup> Cargos declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

caçando indígenas que tem perfil, que possam contribuir, e nós tínhamos essa proposta de ter realmente *mesorregiões*. O governador na época deu 11 vagas para gente, isso facilitou trazer lideranças aqui pra dentro, só que isso foi gradativo. Tem algumas áreas que ainda necessitamos, que não temos ainda indígenas suficientes formados nessas áreas, como contabilidade, administração... Tudo bem que hoje temos uma colega formada em administração pública, que é chefe do DOFIN<sup>16</sup>, mas [os] outros são não indígenas. (Bonifácio Baniwa, em entrevista, 02/04/2012, ênfase da autora).

Primeiramente, podemos notar que há na fala do secretário o acionamento de certo vocabulário associado a um universo político de reivindicação de direitos indígenas (e também de outros movimentos sociais) como *demanda*, *bases* e *lideranças*. No entanto, o principal elemento que deve ser destacado é o modelo de organização da Secretaria através da divisão do estado em diferentes *mesorregiões*. Tal modelo teve início em 2004 na instituição que antecedeu a SEIND, a Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI). Nessa época, na gestão do então Diretor Presidente Bonifácio Baniwa (atual Secretário da SEIND), houve a realização de 15 “grandes oficinas”. Como relatado pelo Secretário Adjunto José Mario em entrevista, cada *mesorregião* foi concebida pela Secretaria, pelas comunidades e organizações indígenas como “uma *base*, que teria uma representação aqui dentro [da SEIND]”; desta forma, cada *representante* deveria levar à Secretaria as *demandas* de sua *mesorregião*. O estado do Amazonas foi dividido em onze parcelas de território (ou seja, onze *mesorregiões*) de acordo com as onze vagas concedidas pelo governador. Assim, tais *oficinas* deveriam resultar na indicação de 11 indígenas *representantes* de suas *bases* que, no momento de elegê-los, levariam em conta critérios próprios - ser *liderança*, por exemplo, foi um destes critérios.

A busca por um tipo de qualidade específica nesses novos servidores – ser *liderança* – demonstra que esta forma de recruta-

<sup>16</sup> Departamento Financeiro – DOFIN.

mento é articulada por meus interlocutores à ideia de *representatividade política*. A organização da Secretaria, então, foi sendo constituída através da articulação de elementos que dizem respeito à esfera governamental - concessão de vagas pelo governador e cargos comissionados - juntamente com outros fatores - *oficinas* participativas e indicações de nomes através de eleições para assumir os cargos.

A forma de recrutamento dos servidores difere dos critérios universais dos concursos públicos, ao mesmo tempo em que não segue a atribuição de cargos a aliados políticos (oriundos de coligações partidárias, por exemplo). Como apontado anteriormente, para estar na SEIND é preciso ter o apoio de sua região, grupo ou associação indígena e, ao mesmo tempo, dominar as rotinas administrativas do Estado. De nada adianta ser apenas um burocrata e não conseguir articular politicamente o andamento dos *papéis e projetos* com as comunidades e associações indígenas, da mesma forma que não adianta ser apenas um *representante* e não saber executar as rotinas burocráticas da Secretaria. É a combinação dessas qualidades, do ponto de vista dos meus interlocutores, que garante o funcionamento da SEIND.

Esta forma de olhar para os indígenas enquanto *representantes* de certos povos ou localidades acaba por constituir não apenas uma retórica, mas também dá sentido à maneira como os servidores pensam seus próprios trabalhos e a atuação na Secretaria. Não faltaram oportunidades para escutar falas durante conversas informais e entrevistas as quais os servidores afirmavam que foram *eleitos* para representar suas regiões<sup>17</sup>. Tal fator aponta para a importância conferida à ocupação das posições na Secretaria até os dias atuais que, mesmo sem o modelo de *mesorregiões*, ainda compreende uma série de articulações entre

<sup>17</sup> Essa forma de pensar a eleição e a representatividade é bastante semelhante ao caso da política eleitoral, como por exemplo, na eleição de vereadores, deputados, prefeitos, entre outros.

organizações consideradas do *movimento indígena* e indicações dos próprios servidores ou chefes de departamentos que contemplam os mesmos critérios técnico/políticos.

Tais elementos, no entanto, nos colocam frente a uma nova questão: se os servidores indígenas estão na Secretaria no sentido de *representar* diferentes localidades enquanto *lideranças políticas*, eleitas a partir de assembleias, quais critérios são (ou foram) mais relevantes no momento de contratar os servidores não indígenas?

Ao retornarmos à fala do Secretário Bonifácio reproduzida acima podemos encontrar algumas pistas. O Secretário ressalta a ausência de indígenas com formação específica em determinadas áreas como o motivo pelo qual se faz necessária a presença de não indígenas. Nota-se que o Secretário cita justamente as áreas de contabilidade e administração - locais onde o trabalho com rotinas burocráticas é mais intenso, compreendendo atividades como prestação de contas, orçamentos e interlocução com os procedimentos burocráticos de outras secretarias (já que grande parte do orçamento dos projetos desenvolvidos pela SEIND vem de outras instituições públicas). Ao mesmo tempo, sua fala parece indicar que, se houvesse indígenas formados nessas áreas, provavelmente ocupariam as vagas dos servidores não indígenas. Portanto, ainda que a SEIND tenha surgido estreitamente vinculada às organizações do *movimento indígena*, as qualidades exigidas para assumir seus cargos também apontam para a necessidade de uma formação específica – vista pelos interlocutores como *técnica*.

A chefe do Departamento Financeiro, Lindomar, da etnia Marubo (que aqui será referida por seu apelido, Linda), relata em entrevista outros motivos para a ausência de indígenas na parte administrativa da Secretaria:

a área administrativa, não sei se você percebeu, ainda é um problema para os indígenas... Porque o que eu perce-



bo é que eles não gostam. Não gostam da parte burocrática. Tanto que de indígena lá tem só eu que sou da parte de orçamento e outro que trabalha na parte de transporte. Só... Porque se fosse para trabalhar em outra área lá dentro, acho que ele teria... pedido as contas! (Linda Marubo, em entrevista, 28/03/2012).

É interessante notar que nesse momento a falta de indígenas na parte administrativa não mais é atribuída a uma ausência de qualificação *técnica*, como disse o Secretário, mas sim a uma escolha: os indígenas “não gostam” de tais funções. Assim, a não qualificação *técnica* não provém de uma incapacidade, mas da avaliação negativa dessas áreas. Vale destacar que a servidora, além da graduação em Administração Pública (pela Universidade Estadual do Amazonas- UEA, através das cotas destinadas a indígenas), ainda cursa dois programas de pós-graduação: um em Orçamento Público e outro em Planejamento Governamental.

Tais dados nos levam a uma polaridade: por um lado temos os servidores indígenas pensados (pelos outros e por eles mesmos) enquanto *representantes* de determinadas localidades ou povos, podendo ser reconhecidos enquanto *lideranças políticas* – o que também foi ressaltado como o motivo que teria levado à indicação de alguns deles. Por outro lado, temos os servidores não indígenas presentes em setores que exigem a formação específica em cursos superiores ou *técnicos* (como administração e contabilidade), em que há o predomínio de atividades vinculadas à execução de procedimentos burocráticos. Como veremos na próxima seção, essa polaridade não se sustenta.

## Misturando os polos: Burocratas indígenas e representantes não-indígenas

As falas dos meus interlocutores e o desenrolar das rotinas administrativas apontaram para a conjugação de aspectos *políticos* e *técnicos* e para um modo específico de operar da burocracia

que ocorre através de diferentes critérios (ser liderança, ter uma formação específica, saber lidar com a burocracia, etc.). Olhando para as trajetórias dos servidores foi possível perceber que a correspondência entre *política e técnica / indígenas e não indígenas / burocratas e representantes* é constantemente colocada em jogo pelos movimentos que fazem parte da SEIND. Tal como a circulação de documentos demonstra, tais categorias e seus conteúdos não são estáveis e podem ser acionadas em diferentes momentos.

Observemos outra fala da servidora Linda Marubo, que chegou à Secretaria como representante de uma *mesorregião*:

Linda: Quando eu cheguei aqui foi para representar meu povo perante a Fundação, que já era uma Fundação do estado. E estou lá até hoje!

Tiemi: O seu povo então te escolheu, te reconheceu...

Linda: Eles me indicaram porque naquela época não tinha um indígena que representasse o povo, mas que tivesse conhecimento. Conhecimento que eles queriam não era só conhecimento *político*, era um conhecimento mais *técnico*, [para] que a gente [pudesse] passar para eles o que estava acontecendo aqui, o que o governo quer para os índios, qual era a discussão sobre política para os indígenas (...), então tinha que ser uma pessoa que soubesse. Como eu já tinha rodado por tudo quanto é lugar, aí eles me escolheram. (...) Eles verificaram que entre eles mesmos não tinha uma pessoa que pudesse fazer, que conhecesse pra poder reivindicar. Aí eles meio que também não tiveram opção: é ela, tem que ser ela. (Linda Marubo, em entrevista, 28/03/2012. Ênfase minha).

Em sua fala, a servidora afirma que os motivos que levaram à indicação do seu nome não se restringem à *representatividade*, embora sua entrada na Secretaria seja enunciada a partir de tal retórica. Emerge também a diferenciação entre certo conhecimento *político* e outro *técnico*. Um fato de destaque é justamente a capacidade *técnica* da servidora a ter levado à SEIND, e não apenas sua *representatividade política*. Curiosamente, podemos

ressaltar que quando entrou na SEIND a servidora possuía o ensino médio completo, foi sua experiência de ter vivido e estudado na cidade - onde adquiriu certo tipo de conhecimento - que levou à sua indicação por parte da *comunidade*, o que foi interpretado pela mesma enquanto características *técnicas*. Em outras palavras, foi sua experiência de vida e contato com o mundo não indígena (tanto através da escola quanto através da vida na cidade), que a *qualificou* como apta a representar *política e tecnicamente* as pessoas que a elegeram.

Apesar de entrar na SEIND através da *indicação* de uma *mesorregião*, a servidora narra que passou a exercer um cargo na parte administrativa que “não era compatível” com sua *indicação*, que partia da ideia de *representatividade*. Aqui, destaca-se a noção de que certos setores da Secretaria são mais ou menos vinculados à ideia de uma *representação política*, de forma que a parte administrativa não é uma delas. Tal situação deu origem a uma série de desentendimentos com a *comunidade* que a elegeu:

E aí eu fui sendo cobrada por eles [comunidade]. Porque eles diziam: ué, como é que você entrou para representar uma *mesorregião* e a gente não tá recebendo nada aqui! Aí demorou anos para eles entenderem que a função que eu assumia lá dentro não era compatível com a que eles tinham me indicado, e que no governo se pensa uma coisa e que fora do governo é outra. Isso demorou uns três anos para eles entenderem. Não foi fácil! Pediram a minha cabeça várias vezes! (Linda Marubo, em entrevista, 28/03/2012).

Temos então a qualidade *técnica* atuando contra e a favor da servidora: ao mesmo tempo em que foi motivo de sua indicação, estar em uma área da SEIND vista enquanto *técnica* significa a não atuação enquanto *representante*.

Agora, tomemos outro exemplo. Olhando para as colocações da chefe de Departamento de Promoção dos Povos Indígenas, Rose Meire, não indígena, verificaremos uma situação oposta:

Cada técnico aqui dentro tem referência de uma região. Pessoal lá do Purus: tudo o que eles vão fazer que tem a ver com nossas atividades, eles entram em contato. (...) Temos o mesmo, por exemplo, no Vale do Javari: eles têm como referência a Chris. Eles ligam, eles pedem, eles brigam com a gente também, então não tem como desvincular. Muitas vezes os gestores aqui dentro não percebem isso. Essa questão política do movimento (...), às vezes nós técnicos também ajudamos bastante, até a evitar alguns conflitos. (Rose Meire Barbosa, em entrevista, 21/03/2012).

Percebemos a vinculação da servidora Chris Lopes a uma localidade: o Vale do Javari que, toda vez que necessita de algo, entra em contato com ela. No entanto, Chris não é definida como indígena, muito menos pensada como representante política de algum grupo – ela é considerada uma *técnica*, e foi contratada em virtude de sua formação de cientista social. Dessa forma, mesmo que a *política* seja necessária no sentido de “evitar alguns conflitos”, configura-se a ideia de uma *representação* diferente da *representação política* (exercida pelos indígenas considerados “lideranças”). Emerge, através da fala da chefe de departamento, uma forma de *representação* distinta, que não pode ser exercida por Linda no Departamento Administrativo, mas pode ser exercida por uma não-indígena no Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

Notamos assim que, se existe certo discurso que reproduz a ideia de que os indígenas estão na Secretaria para *representar* comunidades ou localidades e atender às *demandas* das mesmas, a servidora Chris Lopes pode facilmente ser definida enquanto *indígena* – ainda que não seja pensada enquanto *representante política* e muito menos *liderança*. Nesse sentido, observa-se que os mesmos elementos que levaram à polaridade entre *índios* e *não índios* na estrutura da Secretaria (os primeiros enquanto *representantes*, e os segundos enquanto *burocratas*), também permitem que ela se dissolva. Surge então a pergunta: como se configura a indianidade de um servidor

público na SEIND? Ou então, o que é *representar* ou ser um *técnico* no dia a dia da Secretaria?

No sentido de dar sequência a essa reflexão, nos aproximamos da forma de análise proposta por Alain Pottage (2004). O autor afirma que as teorias da sociedade dividiram o mundo em oposições, originando categorias estáveis a partir das quais ele é vivenciado (Pottage, 2004, p. 08). Indo contra essa perspectiva, Pottage argumenta que tais categorias seriam constitutivas e não declaratórias da ontologia em que estão baseadas. Assim, propõe a mudança de um esquema de análise baseado em divisões – em que se supõem categorias passíveis de descreverem o mundo e, sobretudo, que este mundo existe antes e de modo independente das categorias com as quais ele é descrito - para um esquema de distinções - que seriam contextualmente emergentes, e constituiriam fragmentos, por este motivo, incompletos, de informação.

Nota-se que esse movimento que desestabiliza constantemente as posições dos servidores da SEIND acaba por compor diferentes polaridades, recolocando tanto a questão da (não)indianidade quanto as ideias de *representatividade*, *política* e *técnica*. Assim, “ser indígena” na Secretaria não configura uma condição auto-evidente, ou tão somente marcada pelo pertencimento étnico - da mesma forma que “ser representante” ou “ser técnico”. Pelo contrário, tais posições emergem cotidianamente através das diferentes formas de estar e de fazer a administração pública na SEIND. As relações que são estabelecidas com as comunidades e organizações indígenas com os outros órgãos de governo, entre os próprios servidores, e a execução das rotinas administrativas, são variáveis que interferem diretamente na maneira como as posições dos servidores são construídas dentro da Secretaria e para seu exterior.

A partir de tais reflexões, notamos que os servidores da SEIND parecem operar a partir de divisões entre servidores *indígenas* e

*não indígenas* como se fossem categorias estáveis. No entanto, a cada momento elas são colocadas diferentemente por eles, o que nos permite percebê-las enquanto distinções. Vemos então que as formas *estatais* e *indígenas* são percorridas simultaneamente pelos servidores da SEIND, o que acaba por recolocar constantemente a questão da indianidade de forma contextual e contingente. Assim, emerge na análise a possibilidade de pensarmos a indianidade enquanto uma forma de qualificar certos servidores públicos.

### Virando demanda: algumas considerações finais

Em fevereiro de 2015 retornei à SEIND para entregar em mãos duas cópias da dissertação de mestrado que deu origem ao presente artigo. A entrega da dissertação também constituía parte da minha contrapartida para a realização da pesquisa na Secretaria. A pedido do Secretário Bonifácio, preparei uma breve apresentação contendo os “principais resultados” da pesquisa para serem apresentados aos servidores. Muito apreensiva, preparei uma fala de mais ou menos meia hora constituída basicamente pelo conteúdo aqui exposto. Quando terminei de falar fui surpreendida pela receptividade e comentários positivos dos servidores ali presentes, o que me deu uma sensação de “dever cumprido”. A SEIND, na época, estava passando por uma fase especialmente turbulenta, em que o novo governador do estado José Melo (PROS) havia anunciado a extinção de uma série de Secretarias (entre elas a própria SEIND) e cortes orçamentários. Apenas dois dias antes da minha chegada a Manaus, o governador havia voltado atrás e decidido manter a SEIND no quadro do estado (ainda que com cortes orçamentários). Acredito que toda essa conjuntura tenha funcionado a favor da grande receptividade da minha pesquisa; de qualquer forma, o fato é que o Secretário Bonifácio, mesmo sabendo dos limites orçamentários impostos por esse novo panorama, decidiu apoiar a publicação da

dissertação. Foi então que eu também virei demanda. Junto ao advogado da SEIND, Valdemir, escrevi uma carta autorizando a Secretaria a publicar a dissertação; esta carta foi levada de sua sala à portaria, para seguir ao gabinete do secretário, Departamento de Administração, e daí em diante...

\*\*\*

Em *Cutting the Network* (1996), Marilyn Strathern, dialogando com as proposições de Bruno Latour a respeito da Teoria-Ator-Rede (TAR), sugere uma forma de análise que se contrapõe à ideia de que as redes poderiam ser infinitamente estendidas. De acordo com a autora, alguns elementos (sejam pessoas ou objetos) podem conter em si a rede, sendo capazes tanto de carregá-la quanto de encerrá-la.

A etnografia permitiu perceber que cada documento também carrega uma diferente história que o fez existir, presente tanto nas relações que envolveram seu processo de produção quanto nas conexões em que ele é mobilizado. Mais que isso, tais documentos são partes dessas histórias. As redes, nesse sentido, são tecidas em tais movimentos que conectam não apenas pessoas e papéis, mas diferentes forças políticas. Se os laços entre as pessoas e instituições não forem sempre refeitos e as conexões atualizadas, a rede pode ser igualmente interrompida. Se os *técnicos* não conseguem dar continuidade ao *projeto*, a rede também pode ser colocada em risco.

Ainda que os procedimentos burocráticos sejam executados à exaustão, como colocado no início do texto, os *técnicos* e as relações que possuem com determinadas regiões ou grupos desempenham papel fundamental no funcionamento da Secretaria e no desencadeamento de tais processos burocráticos. Vimos que a atenção às *demandas*, além de produzir uma rotina à Secretaria, acaba também por produzir seus contornos enquanto ad-

ministração pública – em alguns casos, inclusive, definindo sua estrutura administrativa.

Ao mesmo tempo, a articulação entre pessoas e instituições, por si só, não garante a eficácia esperada da SEIND - tanto por parte das pessoas que *demandam* quanto pelos servidores que lá estão. Tais articulações devem ser colocadas a existir em papel para se tornarem inteligíveis à administração pública e, assim, produzirem os efeitos institucionais desejados. É essa materialidade que permite o surgimento de novas conexões, e que levam as comunidades e associações indígenas para o interior da Secretaria. As pessoas e papéis andam em conjunto e, contextualmente, um pode prevalecer em relação ao outro.

A produção da política da Secretaria, como afirmado anteriormente, não existe sem as rotinas administrativas, porque as rotinas administrativas também fazem a política e, mais que isto, elas também são a política.

Os *técnicos* da Secretaria, cuidadosamente escolhidos ou indicados por diferentes contextos políticos, são os únicos que concentram todas as qualidades necessárias para gerar o tipo de eficácia que se espera da SEIND. Isso porque, simultaneamente, ocupam os papéis de *técnicos, políticos, burocratas, lideranças e representantes*. A SEIND, nesse sentido, não é apenas um ponto de convergência de pessoas de diferentes trajetórias, mas também atua como produtora de tais relações: produz *técnicos, representatividades* e diferentes concepções de *indianidade*.

O fato de “estar no Estado” também suscita diferentes reflexões nos servidores. Não basta apenas ocupar um lugar na administração pública; tal lugar deve ser constantemente legitimado e sua ocupação justificada perante as comunidades e organizações indígenas. De nada adianta ser servidor e não conseguir transmitir “para as comunidades” o que se faz na SEIND – como falou Linda Marubo, tal diálogo se faz necessário, pois a qual-



quer momento podem “pedir sua cabeça”. É também aí que reside grande parte da importância de se atualizar/produzir laços dentro e fora da Secretaria.

Frente a um contexto tão específico, pode-se dizer que a abertura de um concurso público (que, por um lado, aponta para certa estabilidade da SEIND na estrutura estatal), é capaz de interromper todo esse movimento e, assim, toda a eficácia que a SEIND, a partir de uma perspectiva indígena, deve produzir.

A escrita de *projetos* com o objetivo de atender às *demandas*, evidencia que a SEIND, enquanto instituição da administração pública, acaba também por produzir uma política específica – que, por sua vez, é expressa em uma forma de ação bastante semelhante às das associações e organizações indígenas. As rotinas administrativas e procedimentos burocráticos, nesse sentido, fazem parte da produção desta “política indígena”, construindo também a especificidade da SEIND enquanto instituição da administração pública. Percebemos então que fazer parte da SEIND potencializa a produção (e, talvez, continuidade) de uma política feita por organizações indígenas no interior do Estado.

O que está sendo colocado em questão, ao abordarmos tais movimentos, são as diferentes formas de registros e de propagação de saberes. O imbricamento desses modos de fazer e de conhecer produz a SEIND enquanto um órgão ‘híbrido’, parte *movimento*, parte *governo*, parte *política* e parte *técnica*. Os limites da Secretaria, nesse sentido, se tornam imprecisos, uma vez que seu ‘interior’ e ‘exterior’ são construídos sempre contingentemente aos processos que os cercam.

## Referências Bibliográficas

ALBERT, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, Carlos Alberto (editor) **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000**, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p.197-207.

AMAZONAS (estado). Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI. **Manual de Integração e Regulamentação Interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas**, 2008.

BEVILAQUA, Ciméa B.; LEIRNER, Piero C. "Notas sobre a análise antropológica de alguns setores do Estado brasileiro". **Revista de Antropologia** 43(2):105-140, 2000.

BRASIL. Lei nº3.403 de 07 de Julho de 2009. Dispõe sobre a criação da Secretaria Estadual para os Povos Indígenas – SEIND. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, AM. Número 31.623. Ano CXIV.

CARNEIRO DA CUNHA, M., Definições de índios e comunidades indígenas nos textos legais. In S. C. dos Santos, ed. **Sociedades indígenas e o Direito: uma questão de direitos humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC/CNPq, 1985. pp. 31–37.

GUPTA, Akhil; SHARMA, Aradhana. "Introduction". In A. Sharma & A. Gupta (eds.) **The Anthropology of the State: a reader**, 2006. pp. 1-41.

HEYMAN, Josiah McC. Putting Power in Anthropology of Bureaucracy. The Immigration and Naturalization Service at the Mexico-U.S. Border. **Current Anthropology**, vol. 36, nº 2, abril 1995, pp.261-287.

LATOUR, Bruno. **La fabrique du droit. Une ethnographie du Conseil d'État**. Paris: La Découverte, 2002.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: an introduction to actor-network theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEAL, Alejandra. "Burocracia, justicia y pluralismo jurídico. Una exploración de los espacios del poder en Oaxaca. **Alteridades** 16(31): 39-48. México: Distrito Federal, Universidad Autónoma Metropolitana, 2006.

LIMA, A. C. S. **Um grande cerco de paz**, Petrópolis, Vozes, 1995.

PANTALEON, Jorge. **Entre la Carta y el Formulario: política y técnica en el desarrollo social**. Buenos Aires: Antropofagia, 2004.

POTTAGE, Alain. "Introduction: the fabrication of persons and things." In: A. Pottage & M. Mundy (eds.), **Law, anthropology, and the constitution of the social**. Cambridge: Cambridge University Press 2004. pp. 1-39.

RAMOS, Alcida Rita (org.). **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012.

SCHAVELZON, Salvador. **A Assembléia Constituinte da Bolívia**: Etnografia de um Estado Plurinacional. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional UFRJ, Brasil, 2010.

SCHAVELZON, Salvador. "Antropología del Estado, su lugar, algunas problemáticas". **Publicar en Antropología y Ciencias Sociales IX**: 75-100. Colegio de Graduados de La República Argentina, 2010 Disponível em: [http://www.cga.org.ar/revista\\_publicar\\_en\\_antropologia\\_y\\_ciencias\\_sociales.php](http://www.cga.org.ar/revista_publicar_en_antropologia_y_ciencias_sociales.php)

STRATHERN, Marilyn.. Cutting the Network. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 2 (3), 1996. pp. 517-535.

Recebido em 15/12/2015

Aprovado em 30/12/2015

